

As maravilhas de Zeroaldo Alckmin

Índice maior, salários menores

O governador Geraldo Alckmin - o Zeroaldo - aumentou os índices inicialmente anunciados para o Centro Paula Souza, mas o arrocho ainda é grande. Os percentuais (20% no valor da hora-aula para os docentes e 11% para os funcionários) são incapazes de melhorar a situação dos trabalhadores da instituição, que recebem os mais baixos salários da educação pública paulista. *Páginas 3 a 5*

Luta por mais verbas para a educação pública agora é na LO



A Assembléia Legislativa manteve o veto de Alckmin ao aumento de verbas para a educação pública, aí incluída a dotação de 1% do ICMS para o Ceeteps. Agora, a luta é na Lei Orçamentária (LO).

Nas páginas 6 a 9, confira os principais momentos da mobilização, que teve participação expressiva dos trabalhadores e estudantes do Centro.

Enrolação sobre a Carreira abre caminho para maior precarização das relações de trabalho no Centro

Pág. 2

Os gerentes regionais e o ajuste do Ceeteps aos interesses do mercado

Pág. 10

Governo Lula: Corrupção e ataque aos trabalhadores

Págs. 11 e 12



A novela da carreira

Enrolação abre caminho para maior precarização das relações de trabalho no Centro

A Carreira é uma novela antiga no Centro Paula Souza. Em 1998, a Superintendência elaborou uma proposta para os funcionários, submetendo-a a plebiscito no final de 2002. O Sinteps foi contra a proposta, alertando para alguns problemas presentes no texto. No entanto, a maioria dos funcionários posicionou-se pelo sim.

Na época, a Superintendência argumentou que havia pressa na aprovação da Carreira, pois o Tribunal de Contas estaria "pegando no pé" do governo, devido à inexistência de cargos no Centro. O Sindicato alertou que isso também era falso e que, na realidade, o objetivo era desvincular formalmente do Plano de Carreira da Unesp os trabalhadores do Centro.

Bem... apesar de tamanha pressa, a proposta da Superintendência foi para a gaveta do Palácio dos Bandeirantes... e de lá nunca mais saiu. Para ser aprovada, precisaria passar pela Assembléia Legislativa.

Sem a Carreira, as contratações feitas nos últimos anos (principalmente devido à ampliação) são todas precárias, em regime temporário e pela CLT.

Como a Carreira deles não anda, a atual superintendente, Laura Laganá, já anuncia aos quatro ventos que pretende terceirizar a maior par-



A proposta de Carreira defendida pelo Sinteps foi amplamente debatida em seus últimos congressos. Na foto, o IV Congresso dos Trabalhadores do Centro, realizado em dezembro de 2004

te das áreas: Limpeza, Motoristas, Vigias etc. Ou seja, as condições salariais e de trabalho para este pessoal iriam piorar, e muito!

A reivindicação do Sindicato é que o Centro respeite a Carreira existente (da Unesp), aplicando-a aos funcionários da instituição, inclusive com o enquadramento devido (que não ocorre há 10 anos).

Comissão secreta

Em março deste ano, a Superintendência convidou

algumas pessoas e montou uma comissão para estudar a Carreira dos docentes. Como se trata de assunto de interesse de um grande número de pessoas, o Sindicato solicitou participação nas reuniões, mas não foi atendido. Diante disso, a entidade entregou à comissão a proposta de Carreira aprovada pela categoria no IV Congresso do Sinteps, realizado em 2004. Segundo informações de bastidores, a comissão não aceitou nenhuma das propostas que lhe foram encaminhadas.

Como se trata de uma comissão secreta, ninguém sabe quando seus trabalhos serão concluídos, se haverá uma proposta de Carreira etc etc.



DSR

Jurídico do Sinteps ganha novamente do Ceeteps

O advogado do Sinteps, Carlos Simões, informa que, em 4/10/2005, nos autos do processo relativo ao DSR (Ângela Maria Tomé e outros 154), em virtude da denúncia feita pelo Sinteps sobre a forma de cálculo adotada pelo Centro em folha de pagamento, em prejuízo aos reclamantes, o Sindicato obteve vitória. "Obtivemos a primeira decisão pela qual o MM. Juízo determinou que o Ceeteps pague aos reclamantes os DSRs consoante os critérios de cálculos apontados por nós, comprovando, inclusive, a inclusão desse correto critério em folha de pagamento", frisa.

O advogado ressalta, ainda, que esta decisão será utilizada nos demais processos em execução.

Após a inclusão do correto critério de cálculo em folha de pagamento, a ser realizado pelo Centro mediante informação ao Juízo nos autos do processo, o jurídico do Sinteps solicitará que a apuração das diferenças resultantes do período compreendido entre a data em que passou a aplicar o critério errado em folha, até a implantação do correto critério, seja realizada por perícia contábil e paga diretamente, sem precatório.

Sindicato cobra resposta à pauta

A pauta de reivindicações da data-base 2005 foi entregue à Superintendência do Centro em abril. Chegaram a ser realizadas algumas reuniões entre a diretoria do Sindicato e a superintendente, Laura Laganá, mas nenhuma resposta foi dada. Nem mesmo questões simples foram solucionadas. Um exemplo: como se sabe, os docentes celetistas não têm direito de ficarem doentes, pois o Centro não aceita atestados de médicos particulares ou da rede pública. A pauta pede que o Ceeteps contrate um médico do Trabalho para atender a estes docentes. O Sindicato, inclusive, prontificou-se a contratar o profissional, como forma de resolver definitivamente o problema. Adivinhe se a Superintendência deu algum retorno... Será que os trabalhadores do Centro não merecem um mínimo de respeito por parte de seus dirigentes?

Sinteps recebe diploma "Top of Mind"

O Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza - Sinteps foi agraciado com o título "Top of Mind" 2005, na categoria Organização Sindical. O selo é concedido pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa de Opinião Pública (Inbrap), a partir de uma pesquisa de opinião realizada em todo o estado. Foram ouvidas 5.230 pessoas. Destas, 91% consideraram o Sinteps como uma entidade de qualidade; 79% consideram boa a sua estrutura; 75% destacaram o atendimento e 75% demonstraram reconhecer seu nome. A diretoria do Sinteps vê a concessão do título com satisfação, pois significa o reconhecimento pelo trabalho da entidade nos últimos anos, sempre em defesa dos interesses da categoria e do ensino público de qualidade.

Homenagem ao Dia do Professor e do Funcionário Público

O Sinteps promoveu uma confraternização no dia 15 de outubro, na ETE João Gomes de Araújo, em Pindamonhangaba, em homenagem à categoria pela passagem de duas datas importantes: o Dia do Professor (15/10) e Dia do Funcionário Público (28/10). Cerca de 100 pessoas participaram e a festa foi das mais animadas.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 028/2005

A Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo e do Ceeteps - Sinteps- no uso de suas atribuições, convoca a categoria para **Assembléia Geral Ordinária**, a realizar-se em:

Data: 16/12/2005

Horário: 13.30 horas

Local: Sede do Sinteps (Praça Cel. Fernando Prestes, 74 - subsolo - Bom Retiro - SP - SP)

Pauta: Discussão e votação do orçamento do Sinteps para o ano de 2006.

São Paulo, 19 de outubro de 2005.

Neusa Santana Alves
(RG 13.371.827)
Presidente do Sinteps

A novela do reajuste

Índice maior, salários menores

A equação exposta no título desta matéria parece improvável, mas está correta. Embora os índices salariais aprovados pela Assembléia Legislativa, no dia 5/10, sejam maiores do que os originalmente anunciados pelo governador Geraldo Alckmin, nossa categoria continua ganhando os menores salários da área da educação pública paulista.

A novela em torno do reajuste começou em 25 de agosto. Naquela dia, Alckmin anunciou quais seriam os índices para os diversos setores do serviço público. Para o Centro, a grande "novidade" foi a diferenciação entre funcionários e docentes, fato inédito na história da nossa categoria. Os valores propostos (respectivamente, 8,5% e 15%) estavam bem aquém das nossas perdas. No caso dos funcionários, o índice incidia somente sobre o salário-base, deixando de fora o adicional de função; com isso, na prática, o aumento seria zero. O Sinteps não poupou esforços para denunciar a situação: foram feitos boletins explicativos aos trabalhadores e matérias para a imprensa, além de uma sistemática exposição nas audiências públicas promovidas pela Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp, que ocorreram em várias regiões do estado (veja matérias nas páginas 6 a 9).

Em ofício (047/2005), a Superintendência do Centro informou que havia enviado argumentações e justificativas ao governo (que teriam recebido o aval do secretário de Ciência e Tecnologia, João Carlos de Souza Meirelles, e do secretário adjunto, Fernando Menezes), pedindo o aumento dos índices.

Assim, quase um mês depois, numa seqüência de trapalhadas ao estilo tucano, o governador mandou um projeto de lei (PLC 22/05) à Alesp, corrigindo parte das distorções: para os docentes, 20% de reajuste no valor da hora-aula; para os funcionários, 11% sobre o salário base e o adicional de função.

É fato que os índices superam, em termos nominais, os percentuais aplicados nos últimos dez anos aos salários do Centro, porém, nem de perto conseguem minimizar o arrocho salarial imposto pelos governos Mário Covas e Geraldo Alckmin. Vale lembrar que, nesta última década, em seis anos o índice foi zero (1996, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2003), tornando os nossos salários os piores do estado, "status" que se manteve com o reajuste atual concedido por Alckmin, como mostra matéria na página 5.

Não bastasse isso, os auxiliares de instrução e os instrutores tiveram redução no valor do adicional de função para adequar o salário ao Plano de Carreira. O Sinteps já encaminhou à Superintendência, através do ofício 067/05, a reivindicação de aplicação do reajuste previsto na Lei Comple-

mentar, ou seja, 20% no valor da IIAE e 11% no valor do adicional de função.

Sinteps apresentou emendas

Assim que o governador enviou o PLC 22/05 à Alesp, o Sindicato imediatamente apresentou a todos os deputados propostas de emendas. A primeira delas previa a equiparação do reajuste entre servidores e docentes (20% para todos). Na segunda emenda, o Sinteps propunha 35% para todos, como forma de igualar os salários dos trabalhadores do Centro aos que são pagos ao pessoal da rede. Numa terceira emenda, foi proposta a extensão da GAM (gratificação de 15% paga aos professores da rede) aos docentes e auxiliares de magistério do Centro.

As emendas do Sindicato foram assinadas pelos deputados Maria Iúcia Prandi (PT) e José Caldini Crespo (PFL).

Farsa democrática

A pedido do governador, o PLC 22/05 tramitou em regime de urgência na Alesp, o que abortou qualquer dis-

continua...

Luta pela recomposição dos salários tem sido prioridade para o Sinteps nos últimos anos



1997: Ato público no dia 14 de maio



1998: Silvia Elena de Lima participa de negociação com o então secretário de C&T, Flávio Fava, e o superintendente do Ceeteps, Marcos Monteiro



2000: Greve vitoriosa contra o desvinculo em relação à Unesp também tinha o reajuste como eixo



2004: A maior greve da história do Centro. Na foto à direita, Denise Rykala, diretora do Sinteps, fala em ato unificado com as universidades, em Campinas

A novela do reajuste

cussão. A votação aconteceu no dia 5/10, no final da noite, e o projeto foi aprovado na íntegra.

Assim como havia ocorrido na votação do veto na LDO (confira detalhes nas páginas 6 a 9), os líderes partidários e seus liderados fizeram acordo para aprovar o que Alckmin queria. Apenas as bancadas do PT e do PCdoB registraram votos favoráveis às emendas do Sinteps. A única alteração foi a inclusão do compromisso do governador em encaminhar, até o dia 15/12, um projeto de lei à Alesp visando a implementação da data-base do funcionalismo e da mesa de negociação. No dia 15/12, no entanto, as "excelências" já estarão em recesso e as rotinas da Alesp somente serão retomadas em março de 2006.

É importante destacar que, dos 94 deputados, apenas 40 estavam presentes na votação do dia 5/10, ou seja, não havia quórum suficiente. Como a votação foi simbólica, a partir do acordo de líderes,

o projeto foi aprovado mesmo assim. O deputado Romeu Tuma Júnior (PMDB), que havia se manifestado a favor das emendas, chegou a pedir verificação de quórum, mas foi pressionado explicitamente a recuar, fazendo-o sob protesto.

Onde será que estavam os outros 54 parlamentares no dia da votação? Será que terão o dia descontado?

Eles terão nossa resposta em 2006

Os mesmos deputados que agora tripudiam sobre os interesses dos trabalhadores e dos serviços públicos virão até nós em 2006 pedindo voto. Muitos deles, inclusive, estão na lista dos que pedem e aprovam a criação de ETE's e FATEC's "de bacuada", "esquecendo-se" das necessárias verbas para isso. Eles sabem que a criação de novas unidades, dessa forma, significa aumentar as despesas no orçamento minguaado e contingenciado do Ceeteps.

Ou seja, querem criar ETE's e FATEC's para se beneficiar eleitoralmente, mas não concordam em valorizar o trabalho de professores e funcionários do Centro, minimizando o arrocho salarial imposto pelo governador.

Tanto no episódio do veto, quanto neste, fica uma lição: a Assembléia Legislativa deveria e pode ser um poder independente em relação ao Poder Executivo, mas, ao que tudo indica, a história vai continuar sendo a mesma, ou seja, o governo ordena e os deputados aprovam, transformando a casa num verdadeiro escritório de despachos do governador.

É preciso exercer a nossa cidadania e acompanhar mais de perto a atuação e o comportamento dos parlamentares eleitos, pois eles são os representantes da sociedade. Porém, na maioria das vezes, atuam de acordo com os seus interesses particulares e de grandes grupos econômicos, escondendo-se atrás de estratégias regimentais para esconder da população o seu voto.

Governo faz caixa com o reajuste dos servidores

Em 2004, o governo Alckmin manteve a despesa com pessoal em 44,53% (relação entre o Gasto Líquido com Pessoal e a Receita Corrente Líquida). Esse percentual está bem abaixo do limite prudencial estabelecido pela famigerada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (que é de 46,55%), e do teto previsto (que é de 49%).

No primeiro quadrimestre de 2005, o gasto com pessoal foi ainda menor, ficando em 42,78% das Receitas Correntes Líquidas (RCL) do estado.

Segundo projeções feitas pela Assessoria Temática do PT na Assembléia Legislativa, até o fim de 2005 essa relação deverá ficar próxima de 44%.



Adivinhe se for capaz...

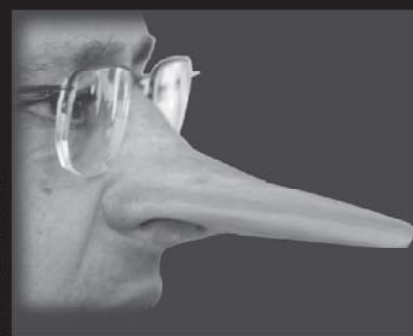
"O que dá aos menos favorecidos a oportunidade de crescer na vida é a educação."

Quem disse isso? Se você respondeu que foi o governador Geraldo Alckmin, acertou! Sim, ele mesmo... aquele que vetou o aumento de 1% de verbas para a educação pública paulista na LDO... aquele que concedeu reajuste diferenciado aos funcionários do Centro... aquele que faz caixa com os salários do funcionalismo público... aquele que distribui isenções de impostos aos empresários... aquele que... bem, você já conhece o governador.

Ele disse essa frase durante uma cerimônia no Palácio do Governo, realizada em junho, em que anunciou o investimento de R\$ 43 milhões no Centro neste ano (em reformas, novas unidades, compra de equipamentos laboratoriais e livros didáticos). O que ele "esqueceu" de dizer é que esse valor é apenas parte do total de recursos que deveria ser repassado ao Centro em 2005, mas que ficou "contingenciado", ou seja, guardado no cofre-forte do Palácio.

Na mesma cerimônia, o governador parabenizou as ETE's Getúlio Vargas e São Paulo, que figuram entre as 16 melhores escolas (públicas e privadas) da capital paulista, segundo pesquisa feita em abril pelo Instituto DataFolha. Saiba, governador, que o mérito dessa conquista é todo dos docentes, funcionários e estudantes destas unidades, que se desdobram para manter um padrão de qualidade tão duramente atacado pelo arrocho salarial, falta de investimentos e outros "incentivos" tucanos.

Reprodução: Jornal de CUJSP



A novela do reajuste _____

Os menores salários da educação

Se compararmos os valores recebidos pelos professores e funcionários das ETE's e FATEC's àqueles pagos aos professores e funcionários da Secretaria da Educação, veremos que o Centro Paula Souza continua no fim da fila. Os docentes da rede receberam 15% de reajuste e uma gratificação de 15% (intitulada Gratificação por Atividade de Magistério – GAM), enquanto os servidores da rede tiveram 15%.

Valores com o reajuste aprovado pela Alesp

| Piso dos funcionários das ETE's e FATEC's do Ceeteps | Piso dos funcionários da Secretaria da Educação |
|------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| R\$ 338,30 - (Tab. 41 - Ref. 04) | R\$ 430,50 |
| <i>Diferença de 27,22%</i> | |
| Valor para uma jornada docente (hipotética) de 30 horas semanais nas ETE's | Valor para uma jornada docente (real) de 30 horas semanais na Secretaria da Educação |
| R\$ 914,40 - (Prof. A) | R\$ 960,38 (PEB I, Nível 1) |
| <i>Diferença de 5%</i> | |
| Valor para uma jornada docente (hipotética) de 30 horas semanais nas ETE's | Valor para uma jornada docente (real) de 30 horas semanais na Secretaria da Educação |
| R\$ 914,40 - (Prof. A) | R\$ 1.111,76 (PEB II, Nível 1) |
| <i>Diferença de 21,58%</i> | |
| Valor para uma jornada docente (hipotética) de 30 horas semanais nas FATEC's | Valor para uma jornada docente (real) de 30 horas semanais na Secretaria da Educação |
| R\$ 1.215,00 - (Prof. Auxiliar) | R\$ 1.111,76 (PEB II, Nível 1) |
| <i>Diferença de 9%</i> | |
| Valor para uma jornada docente (hipotética) de 30 horas semanais nas FATEC's | Valor para uma jornada docente (real) de 30 horas semanais na Secretaria da Educação |
| R\$ 1.215,00 - (Prof. Auxiliar) | R\$ 1.225,71 (PEB II, Nível 3) |

Observações

Os valores das jornadas da Secretaria da Educação já estão com a GAM, porém, estão subestimados, pois esta gratificação incidirá sobre os vencimentos integrais (jornada, gratificações, prêmios de incentivo etc), os quais não temos condições de precisar.

Conclusões

- Os funcionários das Escolas Técnicas e das Faculdades de Tecnologia do Centro Paula Souza recebem **27,22% menos** que os funcionários da Secretaria da Educação.
- Os professores das ETE's (ensino médio e técnico) do Centro, após o reajuste anunciado, irão receber **5% menos** que os professores PEB I, Nível 1 (ensino fundamental);
- Os professores das ETE's (ensino médio e técnico) do Centro, após o reajuste anunciado, irão receber **21,58% menos** que os professores PEB II, Nível 1 (ensino médio);
- Os professores das FATEC's (ensino superior) do Centro, após o reajuste anunciado, irão receber **apenas 9% a mais** que os professores PEB II, Nível 1 (ensino médio);

5. Já o professor PEB II, Nível 3 (ensino médio), supera os valores percebidos pelos professores do ensino superior das FATEC's do Ceeteps, para os quais a titulação mínima para ingresso é o Mestrado.

6. Além de salários maiores, na Secretaria de Educação os professores têm jornada, licença saúde, falta abonada e outros benefícios não permitidos aos professores das ETE's e FATEC's, que, ao contrário, não podem ficar doentes e têm que "se virar" para fazer cursos, pós-graduação, mestrado e doutorado para, a cada semestre letivo, tentar conseguir a manutenção de seu emprego, na atribuição de aulas.

7. Se as comparações fossem feitas com os Colégios

Técnicos e Faculdades de Tecnologia da Unesp, a distorção salarial seria ainda mais profunda. Porém, o Sinteps fez questão de comparar com a Secretaria da Educação, porque este é o parâmetro usado pela Superintendência do Ceeteps e pelo governador Geraldo Alckim.

Com certeza, é este o "reconhecimento do governador do estado a todos os nossos servidores que, a cada dia, constroem a história desta instituição que muito tem se destacado no cenário da educação pública profissional deste país" (*palavras da superintendente Laura Laganá*). Na realidade, isso quer dizer: discriminação e os piores salários da área de educação do estado de São Paulo.

Luta por mais verbas para a educação pública

Maioria dos deputados diz amém a Alckmin e Alesp mantém o veto

Votação realizada no dia 28 de setembro aconteceu sob pressão de dois mil manifestantes, em sua maioria impedidos de entrar na casa

A Assembleia Legislativa (Alesp) manteve o veto do governador Geraldo Alckmin ao aumento de verbas para a educação pública paulista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2006). A votação aconteceu em sessão extraordinária, no dia 28/9, por votação simbólica de líderes.

A sessão começou às 19 horas. Antes disso, cerca de dois mil manifestantes do Centro Paula Souza, Unesp, USP e Unicamp concentraram-se no MASP e desceram em passeata pela avenida Paulista,

passando pela avenida Brigadeiro, até a Alesp.

Como das outras vezes, um verdadeiro batalhão de policiais aguardava os estudantes, funcionários e docentes. Apenas uma parte foi autorizada a entrar, ficando para fora centenas de pessoas. Após a votação, bastante revoltados, os manifestantes saíram em nova passeata,

fazendo o caminho inverso, para denunciar o que havia ocorrido.

A luta continua

A luta não pára por aqui. Embora tenha ganho a batalha, o governador sai bastante queimado deste episódio. A mobilização da comunidade acadêmica, inclusive com a greve que atingiu várias unidades das universidades, bem como a realização de atos e passeatas em todo o estado, colocou a nu a política hostil do governo aos interesses da maioria da população. Esta foi a primeira vez, inclusive, em muitos anos, que um veto do governador foi submetido à votação na Alesp.

O que foi vetado pelo governador

- 1 - Aumento de 30 para 31% da receita tributária total do estado para o conjunto da educação pública;
- 2 - Aumento de 9,57% para 10% no percentual de repasse do ICMS para as Universidades (USP, Unesp e Unicamp);
- 3 - Dotação orçamentária de 1% do ICMS para o Ceateps.

A votação simbólica, encaminhada pelo presidente da casa, deputado Rodrigo Garcia (PFL), permitiu que a bancada governista ficasse "na moita", sem ter que se manifestar publicamente. Também fez com que outras bancadas, que haviam assumido compromisso com o movimento, mas que estavam sob forte pressão do governador, apenas se declarassem simbolicamente contra o veto. O efetivo voto contrário ao veto foi dado somente pelas bancadas do PT e do PCdoB.

É importante denunciar, de todas as formas possíveis e em todo o estado os deputados que votaram contra o ensino público, dando-lhes o rótulo de "inimigos da educação".

As entidades sindicais - entre elas, o nosso Sinteps - vão continuar impulsionando a luta por mais verbas para a manutenção da educação pública de qualidade. A comunidade acadêmica, com certeza, continuará cumprindo o seu papel!

Poste

O Fórum das Seis está providenciando a confecção de cartazes para pregar no "poste" os nomes dos deputados que votaram contra o aumento de verbas para a educação durante a LDO.

Os pontos altos da luta

30 de junho - Vitória histórica na Comissão de Finanças e Orçamento



A reunião da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa de São Paulo, no dia 30 de junho, foi acompanhada por centenas de estudantes, funcionários e docentes do Ceateps, Unesp, USP e Unicamp. O plenário do auditório Franco Montoro ficou lotado para assistir a um fato histórico: depois de 12 anos, o relatório oficial da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2006) contemplava emendas de aumento de verbas para o ensino público paulista (em todos os níveis).

As emendas, embora não traduzissem a totalidade das reivindicações do Fórum das Seis (que agrupa os sindicatos do Ceateps e das Universidades), representavam um indiscutível avanço em relação a situação atual (veja no box ao lado). A presença das emendas no relatório final da LDO foi produto, entre outros fatores, de uma mudança de correlação de forças na Alesp, já sob influência das eleições do próximo ano. A bancada do PFL assumiu, em alguns momentos, posição independente em relação ao Palácio dos Bandeirantes. Após muitos anos de hegemonia tucana, foram elei-

tos deputados pefelistas para a presidência da Alesp (Rodrigo Garcia), como relator da LDO (Edmir Chedid) e para a presidência da Comissão de Finanças e Orçamento (Caldini Crespo).

7 de julho - Plenário aprova aumento de verbas



A votação do parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, contendo as emendas de aumento de recursos para a educação, ocorreu na noite de 7 de julho. Antes disso, a comunidade acadêmica havia protagonizado vários atos públicos, passeatas e manifestações, na capital e no interior. Diante da pressão dos manifestantes, os deputados decidiram votar a favor das emendas por unanimidade, com exceção do líder do governo na casa, o deputado tucano Edson Aparecido. Obviamente, a bancada governista sabia que o governador vetaria a matéria.

4 de agosto - Alckmin anuncia o veto

Como era de se esperar, o governador inimigo da educação vetou os artigos da LDO que previam aumento de verbas. Com isso, a matéria voltaria à Assembleia Legislativa.

16 de agosto - Grande ato na Alesp



Cerca de 400 manifestantes lotaram o Plenário Franco Montoro, na Alesp, no dia em que a Comissão de Finanças e Orçamento aprovaria parecer contrário ao veto. Na USP e em várias unidades da Unesp, houve paralisações parciais.

25 de agosto - Começa a greve na USP e na Unesp

Considerando que somente uma demonstração real de força por parte da comunidade, exposto o governador na imprensa, poderia reverter o veto, o Fórum das Seis convocou greve a partir de 25 de agosto. O movimento começou forte na USP e cresceu rapidamente na Unesp.

30 de agosto - Mais um grande ato

A Alesp foi tomada por cerca de 1.000 manifestantes do Centro, USP, Unesp e Unicamp. Na parte da manhã, aconteceu um ato/debate no plenário Teotônio Vilela, com a presença de deputados e representantes das entidades sindicais e estudantes. Na parte da tarde, manifestações no auditório Franco Montoro e no plenário JK, culminando numa grande passeata pelos corredores da Alesp. O

coro dos manifestantes ecoou pela casa, deixando claro aos deputados que os funcionários, professores e estudantes estavam na luta para valer. Como produto da mobilização, os deputados concordaram em colocar o veto do governador na ordem do dia a partir de 1º/9.

14 de setembro - A truculência tucana entra em ação



Mais de três mil manifestantes participaram da passeata convocada pelo Fórum das Seis, que seguiu pelas avenidas Paulista e Brigadeiro Luís Antônio, até chegar na Alesp. Todas as entradas da Assembleia estavam tomadas por policiais, que tinham ordens para deixar entrar apenas um pequeno número, suficiente para preencher os plenários. Assim, cerca de 300 pessoas foram para dentro, enquanto o restante foi impedido de entrar. Inconformados com a ação policial, os manifestantes do lado de fora partiram para as ruas próximas, procurando expor à população o que estava ocorrendo. A polícia militar, sob o comando do governador, jogou bombas de "efeito moral", ferindo alguns estudantes e um cinegrafista da Rede Globo. Onze pessoas foram detidas e liberadas ao final da noite. A violência policial ganhou repercussão e foi amplamente noticiada na imprensa. Cerca de 150 manifestantes decidiram permanecer no interior da Assembleia, em protesto contra a truculência da polícia, de lá saindo apenas no dia seguinte.

28 de setembro - A votação

Após acordo entre os partidos, o veto foi à votação, como mostra a cartaz principal desta página.



Na sequência de fotos, o dia da votação do veto do governador. Nas três primeiras, a passeata que saiu da Paulista, passando pela Brigadeiro e chegando à Alesp.



Na foto central, a presidente do Sinteps, Nousa Santana, fala aos manifestantes. Na última, o plenário principal da Alesp, no momento da votação



Luta por mais verbas para a educação pública

Maioria dos deputados diz amém a Alckmin e Alesp mantém o veto

Votação realizada no dia 28 de setembro aconteceu sob pressão de dois mil manifestantes, em sua maioria impedidos de entrar na casa

A Assembleia Legislativa (Alesp) manteve o veto do governador Geraldo Alckmin ao aumento de verbas para a educação pública paulista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2006). A votação aconteceu em sessão extraordinária, no dia 28/9, por votação simbólica de líderes.

A sessão começou às 19 horas. Antes disso, cerca de dois mil manifestantes do Centro Paula Souza, Unesp, USP e Unicamp concentraram-se no MASP e desceram em passeata pela avenida Paulista,

passando pela avenida Brigadeiro, até a Alesp.

Como das outras vezes, um verdadeiro batalhão de policiais aguardava os estudantes, funcionários e docentes. Apenas uma parte foi autorizada a entrar, ficando para fora centenas de pessoas. Após a votação, bastante revoltados, os manifestantes saíram em nova passeata,

fazendo o caminho inverso, para denunciar o que havia ocorrido.

A luta continua

A luta não pára por aqui. Embora tenha ganho a batalha, o governador sai bastante queimado deste episódio. A mobilização da comunidade acadêmica, inclusive com a greve que atingiu várias unidades das universidades, bem como a realização de atos e passeatas em todo o estado, colocou a nu a política hostil do governo aos interesses da maioria da população. Esta foi a primeira vez, inclusive, em muitos anos, que um veto do governador foi submetido à votação na Alesp.

O que foi vetado pelo governador

- 1 - Aumento de 30 para 31% da receita tributária total do estado para o conjunto da educação pública;
- 2 - Aumento de 9,57% para 10% no percentual de repasse do ICMS para as Universidades (USP, Unesp e Unicamp);
- 3 - Dotação orçamentária de 1% do ICMS para o Ceateps.

A votação simbólica, encaminhada pelo presidente da casa, deputado Rodrigo Garcia (PFL), permitiu que a bancada governista ficasse "na moita", sem ter que se manifestar publicamente. Também fez com que outras bancadas, que haviam assumido compromisso com o movimento, mas que estavam sob forte pressão do governador, apenas se declarassem simbolicamente contra o veto. O efetivo voto contrário ao veto foi dado somente pelas bancadas do PT e do PCdoB.

É importante denunciar, de todas as formas possíveis e em todo o estado os deputados que votaram contra o ensino público, dando-lhes o rótulo de "inimigos da educação".

As entidades sindicais - entre elas, o nosso Sinteps - vão continuar impulsionando a luta por mais verbas para a manutenção da educação pública de qualidade. A comunidade acadêmica, com certeza, continuará cumprindo o seu papel!

Poste

O Fórum das Seis está providenciando a confecção de cartazes para pregar no "poste" os nomes dos deputados que votaram contra o aumento de verbas para a educação durante a LDO.

Os pontos altos da luta

30 de junho - Vitória histórica na Comissão de Finanças e Orçamento



A reunião da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa de São Paulo, no dia 30 de junho, foi acompanhada por centenas de estudantes, funcionários e docentes do Ceateps, Unesp, USP e Unicamp. O plenário do auditório Franco Montoro ficou lotado para assistir a um fato histórico: depois de 12 anos, o relatório oficial da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2006) contemplava emendas de aumento de verbas para o ensino público paulista (em todos os níveis).

As emendas, embora não traduzissem a totalidade das reivindicações do Fórum das Seis (que agrupa os sindicatos do Ceateps e das Universidades), representavam um indiscutível avanço em relação a situação atual (veja no box ao lado). A presença das emendas no relatório final da LDO foi produto, entre outros fatores, de uma mudança de correlação de forças na Alesp, já sob influência das eleições do próximo ano. A bancada do PFL assumiu, em alguns momentos, posição independente em relação ao Palácio dos Bandeirantes. Após muitos anos de hegemonia tucana, foram elei-

tos deputados pefelistas para a presidência da Alesp (Rodrigo Garcia), como relator da LDO (Edmir Chedid) e para a presidência da Comissão de Finanças e Orçamento (Caldini Crespo).

7 de julho - Plenário aprova aumento de verbas



A votação do parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, contendo as emendas de aumento de recursos para a educação, ocorreu na noite de 7 de julho. Antes disso, a comunidade acadêmica havia protagonizado vários atos públicos, passeatas e manifestações, na capital e no interior. Diante da pressão dos manifestantes, os deputados decidiram votar a favor das emendas por unanimidade, com exceção do líder do governo na casa, o deputado tucano Edson Aparecido. Obviamente, a bancada governista sabia que o governador vetaria a matéria.

4 de agosto - Alckmin anuncia o veto

Como era de se esperar, o governador inimigo da educação vetou os artigos da LDO que previam aumento de verbas. Com isso, a matéria voltaria à Assembleia Legislativa.

16 de agosto - Grande ato na Alesp



Cerca de 400 manifestantes lotaram o Plenário Franco Montoro, na Alesp, no dia em que a Comissão de Finanças e Orçamento aprovaria parecer contrário ao veto. Na USP e em várias unidades da Unesp, houve paralisações parciais.

25 de agosto - Começa a greve na USP e na Unesp

Considerando que somente uma demonstração real de força por parte da comunidade, exposto o governador na imprensa, poderia reverter o veto, o Fórum das Seis convocou greve a partir de 25 de agosto. O movimento começou forte na USP e cresceu rapidamente na Unesp.

30 de agosto - Mais um grande ato

A Alesp foi tomada por cerca de 1.000 manifestantes do Centro, USP, Unesp e Unicamp. Na parte da manhã, aconteceu um ato/debate no plenário Teotônio Vilela, com a presença de deputados e representantes das entidades sindicais e estudantes. Na parte da tarde, manifestações no auditório Franco Montoro e no plenário JK, culminando numa grande passeata pelos corredores da Alesp. O

coro dos manifestantes ecoou pela casa, deixando claro aos deputados que os funcionários, professores e estudantes estavam na luta para valer. Como produto da mobilização, os deputados concordaram em colocar o veto do governador na ordem do dia a partir de 1º/9.

14 de setembro - A truculência tucana entra em ação



Mais de três mil manifestantes participaram da passeata convocada pelo Fórum das Seis, que seguiu pelas avenidas Paulista e Brigadeiro Luís Antônio, até chegar na Alesp. Todas as entradas da Assembleia estavam tomadas por policiais, que tinham ordens para deixar entrar apenas um pequeno número, suficiente para preencher os plenários. Assim, cerca de 300 pessoas foram para dentro, enquanto o restante foi impedido de entrar. Inconformados com a ação policial, os manifestantes do lado de fora partiram para as ruas próximas, procurando expor à população o que estava ocorrendo. A polícia militar, sob o comando do governador, jogou bombas de "efeito moral", ferindo alguns estudantes e um cinegrafista da Rede Globo. Onze pessoas foram detidas e liberadas ao final da noite. A violência policial ganhou repercussão e foi amplamente noticiada na imprensa. Cerca de 150 manifestantes decidiram permanecer no interior da Assembleia, em protesto contra a truculência da polícia, de lá saindo apenas no dia seguinte.

28 de setembro - A votação

Após acordo entre os partidos, o veto foi à votação, como mostra a cartaz principal desta página.



Na sequência de fotos, o dia da votação do veto do governador. Nas três primeiras, a passeata que saiu do MASP, na avenida Paulista, passando pela Brigadeiro e chegando à Alesp.



Na foto central, a presidente do Sinteps, Nousa Santana, fala aos manifestantes. Na última, o plenário principal da Alesp, no momento da votação.



Da esq. p/ a dir., os atos no dia 30/8 e 19/9. Trabalhadores e estudantes do Centro presentes

Luta por mais verbas para a educação pública

A ação agora é na LO

No dia 29 de setembro, o governador entregou seu projeto de Lei Orçamentária (LO) para 2006. Na LO - momento em que os índices aprovados na LDO são transformados em valores (\$) - ainda são possíveis alguns remanejamentos de verbas. O texto define o seguinte:

- O correspondente a 9,57% do ICMS para as Universidades (R\$ 3,956 bilhões).

- R\$ 309 milhões para o Centro Paula Souza.

Obviamente, isso fica muito aquém do que foi vetado (10% do ICMS para as universidades e 1% do ICMS para o Ceeteps). No caso do Centro, a manutenção do veto deixou tudo como está atualmente, ou seja, com o governador fazendo repasses diretamente para o órgão, da forma que melhor lhe convier.

O Fórum das Seis está estudando o conteúdo

da LO e deverá reapresentar emendas com teor semelhante ao que foi vetado pelo governador na LDO (31% da arrecadação tributária total para a educação pública, 10% do ICMS para as universidades e 1% do ICMS para o Ceeteps).

Como tramita a LO

Segundo informações da Alesp, o projeto de lei que trata do Orçamento do estado (LO) permanecerá na pauta por 15 sessões, para conhecimento dos deputados e apresentação de emendas. Em seguida, será encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento, que tem o prazo de 30 dias (até 18/11) para dar seu parecer sobre a matéria. A votação acontecerá em um único turno, até o final do ano.

0,78%

Este é o "aumento" previsto para as verbas do Ceeteps em 2006, em relação a 2005, que consta na Lei Orçamentária (LO) elaborada pelo governador Alckmin. O total de recursos é de R\$ 309 milhões. E a expansão, como fica??

Sinteps esteve presente em quase todas as audiências públicas realizadas no interior e na capital

Neste ano, a elaboração do orçamento estadual trouxe uma novidade em relação aos anteriores: a realização de audiências públicas em dezenas de municípios. Foram seis antecedendo a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2006). Para debater a Lei Orçamentária (LO), foram 49.

Considerando as audiências como uma oportunidade de denúncia da situação do Centro e espaço de destaque para as reivindicações da comunidade acadêmica, o Sinteps participou de 90% delas. As viagens foram duplamente satisfatórias, pois os diretores da entidade também aproveitaram a oportunidade para visitar as unidades do Centro localizadas na região, discutir os problemas da categoria e impulsionar a campanha de sindicalização.

As audiências preparatórias à LDO estenderam-se pelo mês de junho. Em Ribeirão Preto, Santos, Sorocaba, Campinas, Rio Preto e São Paulo, o Sinteps denunciou a situação de arrocho que paira sobre os trabalhadores do Centro e pediu



Catanduva, 6/10: Eros Roman fala em nome do Sinteps



(Mogi das Cruzes). Algumas delas foram bastante concorridas. Em Rio Claro, por exemplo, no dia 22/8, mais de 200 pessoas participaram e, mais uma vez, a presidente do Sinteps usou a palavra,

o apoio dos deputados às emendas que previam mais verbas para a educação pública e que tramitavam na Assembléia Legislativa naquele mês. "O governo Alckmin usa e abusa do bom nome das ETE's e FATEC's para fazer campanha eleitoral, mas se esquece que a educação pública não se compõe apenas de prédios. É preciso valorizar o trabalho de docentes e funcionários", disse a presidente da entidade, Neusa Santana, em Sorocaba. Em Rio Preto, Eros Roman, do Sinteps, denunciou que "o Centro Paula Souza morre à míngua", destacando a necessidade de mais recursos.

As audiências relativas à LO começaram no dia 8/8 (Itapeva), estendendo-se até 24/10



A audiência em São João da Boa Vista, no dia 13/10: Sinteps e Apampesp sempre presentes

desta feita denunciando o veto do governador Alckmin ao aumento de verbas aprovado na LDO (1% do ICMS para o Centro Paula Souza).

A maioria das audiências teve boa repercussão na imprensa e nas comunidades locais. Em Assis, no dia 5/9, outro exemplo de bom público (cerca de 50 pessoas), que ouviu a diretora do Sinteps, Denise Rykala, pedir mais recursos para o Ceeteps e conchamar os deputados a derrubarem o veto do governador.

Em Bauru e Jaú, no dia 15/9, outra diretora do Sinteps, Sílvia Elena de Lima, fez uma dura denúncia da truculência da Polícia Militar do governo Alckmin, no dia anterior, que havia agredido mani-

continua...

Luta por mais verbas para a educação pública

festantes na Assembléia Legislativa. "Este governo trata a educação como caso de polícia", frisou ela. Em Bauru, o debate foi dos mais acalorados, com cerca de 100 presentes.

No dia 13/10, quando já havia ocorrido a votação em que os deputados mantiveram o veto do governador, o diretor João Ailton L. Ferreira pediu que a LO incorporasse as emendas de aumento à educação que haviam sido vetadas. Ele fez o pleito na audiência de Ribeirão Preto.

As audiências de Catanduva (6/10), de Campinas (17/10) e de Santo André (19/10) foram outras que levaram bom público, todas elas com a presença de representantes do Sinteps. Em Catanduva, mais de 100 alunos, professores e funcionários do Centro chamaram estavam presentes.

Homenagem

Na audiência realizada em São Paulo, no dia 20/10, o Sinteps foi surpreendido com uma homenagem por parte da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia. As presidentes do Sinteps (Neusa Santana) e da Associação dos Professores Aposentados do Estado de SP/Apampesp (Zil-



São Paulo, 20/10. Na primeira foto, Neusa (presidente do Sinteps, à esq.) ocupa a mesa da audiência pública



da Guerra) foram convidadas a fazer parte da mesa. "Estas duas entidades, que estiveram presentes em praticamente todas as audiências públicas, são exemplo de participação ativa no processo", disse o presidente da Comissão, deputado Caldini Crespo.

Em sua fala, Neusa denunciou mais uma vez a situação de penúria do Centro, o arrocho salarial imposto aos seus trabalhadores e a expansão de unidades sem garantia de verbas. Antes dela, havia falado o coordenador do Fórum das Seis e presidente da Adunesp, professor Milton Vieira do Prado Júnior. "Vamos colocar no poste todos os deputados que traíam a educação, que disseram ser favoráveis à

derrubada do veto e, na hora de votar, submeteram-se ao governador", disse ele.

As cidades

São as seguintes as cidades que sediaram audiências públicas:

LDO: Ribeirão Preto, Santos, Sorocaba, Campinas, Rio Preto e São Paulo.
LO: Itapetininga, Jales, Fernandópolis, São Joaquim da Barra, Franca, Guaratinguetá, Cruzeiro, Limeira, Rio Claro, Presidente Prudente, Adamantina, Jundiá, Bragança Paulista, Andradina, Dracena, Assis, Ourinhos, Botucatu, Avaré, São Carlos, Araraquara, Jaú, Bauru, Marília, Tupã, Lins, Araçatuba, São José dos Campos, Taubaté, Votuporanga, São José do Rio Preto, Sorocaba, Registro, Barretos, Catanduva, Santos, Caraguatatuba, Ribeirão Preto, São João da Boa Vista, Campinas, Piracicaba, Santo André, Caieiras, São Paulo, Osasco, Taboão da Serra, Guarulhos e Mogi das Cruzes.

Confira quem são os deputados que podem novas FATEC's

Maria Lúcia Prandi (PT) - Para o Guarujá
 Analice Fernandes (PSDB) - P/ Jales
 Mauro Bragato (PSDB) - P/ Presidente Venceslau
 Mauro Bragato (PSDB) - P/ Presidente Prudente
 Geraldo Vinholi (PDT) - P/ Ubatuba
 Eli Correa Filho (PFL) - P/ Guarulhos
 Roberto Moraes (PPS) - P/ Piracicaba
 Roberto Alves (PTB) - P/ Caçapava
 José Bitencourt (PTB) - P/ Osvaldo Cruz
 Orlando Morando (PL) - P/ S. Bernardo do Campo
 Luis Carlos Gondim (PL) - P/ São José dos Campos
 José Bitencourt (PTB) - P/ Capão Bonito
 Aldo Demarchi (PFL) - P/ Rio Claro
 Roberto Alves (PTB) - P/ Caraguatatuba
 Geraldo Vinholi (PDT) - P/ Penápolis
 Sebastião Arcaño (PT) - P/ Hortolândia
 Vinicius Camarinha (PSB) - P/ Marília
 Carlinhos Almeida (P1) - P/ São José dos Campos
 Geraldo Vinholi (PDT) - P/ Catanduva
 Edson Gomes (PFL) - P/ Jales
 Edmir Chedid (PFL) - P/ São Joaquim da Barra
 Roberto Alves (PTB) - P/ Mirassol
 Mauro Bragato (PSDB) - P/ Junqueirópolis
 Luis Carlos Gondim (PL) - P/ Mogi das Cruzes
 Edson Gomes (PFL) - P/ Pereira Barreto
 Edson Gomes (PFL) - P/ Andradina
 Mauro Bragato (PSDB) - P/ Martinópolis
 Mauro Bragato (PSDB) - P/ Palmital
 Edson Gomes (PFL) - P/ Ilha Solteira
 Geraldo Vinholi (PDT) - P/ Novo Horizonte
 Dimas Ramalho (PMDB) - P/ Araraquara
 Roque Barbieri (PTB) - P/ Birigui
 Duarte Nogueira (PSDB) - P/ Ribeirão Preto
 Nabi Abi Chedid (PTB) - P/ Bragança Paulista
 Sidnei Cinti (PSDB) - P/ Araçatuba
 Baleia Rossi (PMDB) - P/ Colina
 José Bitencourt (PTB) - P/ Cotia
 Mauro Bragato (PSDB) - P/ Teodoro Sampaio
 Mauro Bragato (PSDB) - P/ Presidente Epitácio
 Mauro Bragato (PSDB) - P/ Adamantina
 Paschoal Thomeu (PTB) - P/ Santa Isabel
 Mauro Bragato (PSDB) - P/ Piracicaba
 Edmir Chedid (PFL) - P/ Serra Negra
 José Bitencourt (PTB) - P/ Santo André
 Baleia Rossi (PMDB) - P/ Ribeirão Preto
 José Bitencourt (PTB) - P/ Ferraz de Vasconcelos
 Mauro Menechi (PT) - P/ Várzea Paulista
 Maria Lúcia Prandi (PT) - P/ Bertogioga
 Alberto Turco Loco - P/ Capital

Criação de Universidades
 Orlando Morando (PL) - P/ São Bernardo do Campo (USP)
 Edmir Chedid (PFL) - P/ Atibaia (Unesp)
 Edmir Chedid (PFL) - P/ Região Bragançana
 Edmir Chedid (PFL) - P/ Amparo (Unesp)
 Simão Pedro (PT) - P/ Mogiana

Organizando a base da categoria

Calendário de visitas unifica discussão sobre lei orçamentária e campanha de filiação

Unificando duas importantes atividades - as audiências públicas da LDO e da LO e a campanha de filiação do Sindicato -, foram realizadas dezenas de visitas desde o início deste ano. Os diretores do Sinteps acompanharam de perto as audiências da LDO e da LO (como traz matéria na página 8), explicando a situação do Centro Paula Souza aos deputados e às comunidades locais. Na maioria das oportunidades, como mostra a lista ao lado, houve reuniões nas unidades, para divulgar a campanha de sindicalização e outros assuntos de interesse da categoria.

Participaram das visitas os seguintes membros da Diretoria Executiva, Diretoria Regional e Conselho de Diretores de Base: Neusa Santana Alves, João Ailton L. Ferreira, Denise Rykala, Salvador dos Santos Filho e Sílvia Elena de Lima (pela Diretoria Executiva); César Eduardo Rykala, Paulo Roberto Búfalo, José dos Reis da

Silva e Terezinha de Jesus Gonçalves (pela Diretoria Regional); Simone Zerbinato, Carlos Roberto de Souza, Eros S. Roman e Wilson de Agostinho Filho (pelo Conselho de Diretores de Base).

As unidades visitadas na campanha de filiação e nas viagens das audiências públicas foram as seguintes:

- . Adamantina (ETE e ETAE)
- . Americana (ETE e FATEC)
- . Amparo (ETE)
- . Andradina (ETAE)
- . Araras (ETE)
- . Assis (ETE)
- . Barra Bonita (ETE)
- . Barretos (ETE)
- . Botucatu (ETE e FATEC)
- . Cachoeira Paulista (ETE)
- . Cruzeiro (ETE)
- . Diadema (ETE)
- . Dracena (ETAE)
- . Garça (ETE, ETAE e FATEC)
- . Guaratinguetá (ETE e FATEC)
- . Hortolândia (ETE)
- . Ilha Solteira (ETE)
- . Indaiatuba (FATEC)
- . Ipaussu (ETE)
- . Itapetininga (ETAE)
- . Itapeva (ETE)
- . Itatiba (ETE)
- . Itu (ETAE)
- . Jacareí (ETAE)
- . Jaú (ETE, ETAE e FATEC)
- . Leme (ETE)
- . Limeira (ETE)
- . Marília (ETE)
- . Mauá (ETE e FATEC)
- . Mirassol (ETAE)
- . Monte Aprazível (ETAE)
- . Osvaldo Cruz (ETE)
- . Ourinhos (ETE e FATEC)
- . Pindamonhangaba (ETE)
- . Pres. Prudente (ETAE)
- . Pres. Venceslau (ETAE)
- . Quatá (ETAE)
- . Rancharia (ETAE)
- . Rio Claro (ETE)
- . Rio das Pedras (ETAE)
- . Santa Bárbara (ETE)
- . Santa Cruz (ETAE)
- . São Carlos (ETE)
- . S. J. do Rio Preto (ETE e FATEC)
- . São Manuel (ETAE)
- . São Paulo (ETE e FATEC Zona Leste, Basílios de Godói, Rocha Mendes, Martin Luther King e Horácio Augusto da Silveira)
- . São Roque (ETE)
- . Taquarivai (ETAE)
- . Tatuí (ETE)
- . Votuporanga (ETAE)

Os gerentes regionais e o ajuste do Ceeteps aos interesses do mercado

Em agosto de 2005, a Superintendência do Centro Paula Souza divulgou um documento chamado "Implantação de Gerências Regionais para apoio às Unidades de Ensino no Centro Paula Souza". O texto afirma que a Superintendência "decidiu propor" as tais gerências, porém, no mesmo mês, os gerentes já estavam contratados e trabalhando. Sem dúvida, uma agilidade impressionante por parte da administração do Centro.

Ressalte-se que não estão contratados como gerentes, já que esta função não existe no Ceeteps. Para criá-la, a Superintendência precisaria do aval do reitor da Unesp. Bem... mas se nem o Conselho Deliberativo da instituição teve a oportunidade de conhecer a "proposta" antes que ela fosse realidade, quanto mais o reitor e o Conselho Universitário da Unesp...

Segundo o próprio documento da Superintendência, a "democrática" proposta foi elaborada pela diretora superintendente, pelo presidente da FAT (que também é o vice-diretor superintendente), pelo coordenador do Cetec, pelos responsáveis pelos diversos setores da Administração Central e a partir de visitas a algumas unidades (onde foram contatados os diretores e funcionários).

Correia de transmissão do governador

A afirmação contida no documento de que "...a nova estrutura respeita a cultura organizacional existente na instituição ..." poderia ser traduzida pelo seguinte: respeitar apenas a cultura de que "se o governador mandar fazer, a gente faz e não discute". Aliás, foi isso o que disse a representante da Superintendência do Centro, durante o Seminário promovido pelo Sinteps, em setembro de 2004, quando foi discutida a implantação do Decreto 5.154/04.

Esta não é uma crítica qualquer. Em suas visitas às unidades, os diretores do Sinteps têm ouvido muitas reclamações de que a estrutura organizacional não está sendo respeitada pelos gerentes, que vêm mandando e desmandando, inclusive sobre a abertura e fechamento de cursos e



vagas, plano escolar e outros assuntos de natureza do cotidiano pedagógico das unidades.

Balcão de serviços?

Tão grave quanto a interferência indevida dos gerentes nas unidades, é a definição da missão do Centro Paula Souza contida no documento: "ensino médio; ensino técnico, ensino tecnológico e prestação de serviços" (*gn*). Ou seja, ao invés de extensão de serviços à comunidade – que seria o termo apropriado para uma escola pública – com os gerentes, pretende-se acelerar o processo de "prestação de serviços", onde alguns grupos usam o nome de prestígio das escolas para benefício financeiro de muito poucos.

O documento que "propõe" os gerentes regionais se assemelha muito àquele que apresentava os Centros Regionais, que o diretor superintendente anterior queria implantar. Ambos têm a filosofia mercadológica da venda de serviços, para a qual a definição de gerente se enquadra muito bem. Triste é ver a coisa pública

tratada como privada e a escola pública ser vista não como o local de geração e difusão do conhecimento, mas sim como um balcão de vendas de certificados de cursos de conteúdos que deveriam estar nos currículos, ou de tantos outros, como línguas, cálculo etc....

Está explicado porque o governador Geraldo Alckmin vetou a dotação orçamentária para o Ceeteps na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2006) e continua contingenciando os recursos previstos em orçamento. Para que destinar dinheiro, se as unidades podem produzir receita?

Também não é à toa que foram implantadas quatro gerências regionais. Na LDO para 2004, o governador já previa "a descentralização" administrativa do Ceeteps, com a "implantação" de quatro núcleos. À época, o Sinteps denunciou que o Centro não havia sequer apresentado sua proposta para a comunidade. Como é de praxe na Assembléia Legislativa, no entanto, a LDO do governador

foi aprovada na íntegra. E, como é cultural no Centro, a Superintendência obedece aos ditames do governador sem qualquer discussão com a comunidade.

Nova roupagem... velhos problemas

Também é grave constatar que, dentre as prioridades estabelecidas pela Superintendência ao "propor" as gerências regionais, não esteja a preocupação em determinar os problemas das unidades: falta de recursos, falta de equipamentos, falta de pessoal, falta de estímulo pelos baixos salários praticados (aliás, os menores da área da educação no estado de São Paulo). Ao contrário, as gerências devem buscar aumentar a criação de novos cursos, o que, obviamente, gera um acréscimo de despesas e aumenta a crise da instituição.

É certo que a proposta prevê a parceria com o setor produtivo, mas isso não ameniza a crise. Como já sabemos, o setor produtivo ou as prefeituras (como ocorre hoje em dia) entram no primeiro momento, mas a manutenção diária e a responsabilidade pelo pessoal acabam caindo no colo do Ceeteps, já tão afetado pela expansão desenfreada e irresponsável promovida pelo governador Geraldo Alckmin.

Ao invés de divagar sobre uma estrutura já implantada, tão bom seria estar discutindo a democratização das instâncias deliberativas do Centro, como, por exemplo, a ampliação e participação da comunidade em seu Conselho Deliberativo, cuja composição remonta aos tempos da ditadura militar. Também seria interessante estar discutindo o retorno da consulta à comunidade para os cargos de superintendente e vice (isso sem falar na eleição direta); como aplicar os recursos (da dotação orçamentária vetada) para equipar as unidades, fazer as reformas necessárias, recuperar os salários atrofiados pelo arrocho imposto ao longo dos últimos anos. Mas isso, neste governo, é utopia.

Quem são os gerentes regionais

Os quatro gerentes contratados são ex-integrantes do Senai. Talvez, por isso, o texto que apresenta a nova estrutura seja tão parecido com o objetivo do Convênio de Cooperação Técnico-Educacional que o Ceeteps assinou com o Senai recentemente... aquele cujo objetivo maior é evitar a "duplicidade de ação entre o Senai e o Ceeteps".

Os gerentes são os professores Adhemar Batista Heméritas, Celso Antônio Gaiote, Antônio Cassemiro Preto de Souza e Aguiinaldo Silva Garcez.

Centro oferece mestrado gratuito... finalmente!

O investimento no aprimoramento de seu pessoal é fato praticamente inexistente no Centro Paula Souza. Ao longo dos últimos anos, os profissionais da instituição que desejaram aprofundar seus estudos na pós-graduação tiveram duas alternativas: disputar uma das poucas vagas em instituições públicas ou despendar somas vultosas em universidades pagas.

O oferecimento de pós-graduação gratuita no Centro é uma das reivindicações sempre presentes na pauta do Sinteps. Por isso, a entidade vê com bons olhos a informação de que, finalmente, a instituição oferecerá um mestrado a partir de 2006. De acordo com informações divulgadas pela Superintendência, trata-se do "Mestrado Profissional em Tecnologia: Gestão, Desenvolvimento e Formação". As vagas ainda são poucas (apenas 20), mas é um bom começo. A comunidade espera que esta iniciativa seja apenas o início de uma real preocupação com a formação e o aprimoramento dos quadros profissionais do Centro. Afinal, este é um dos requisitos essenciais para a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

As informações sobre o mestrado podem ser encontradas no site do Centro (www.ceeteps.br), pelo telefone 11-33273109, ou ainda, pelo e-mail mestrado@centropaulasouza.com.br.

Colônia de férias

Estão abertas as inscrições para a Colônia de Férias do Sinteps (Pousada das Araras, em Ubatuba) para o feriado da Proclamação da República e férias.

As opções de reserva são:

Feriado de 15 de novembro (Procl. da República)

Inscrições: De 21 a 31/10 (sorteio em 4/11).

Pagamento: 8/11.

Período: De 12/11 a 15/11 (3 diárias).

Férias (Dezembro/2005)

Inscrições: De 7/11 a 21/11 (sorteio em 23/11).

Pagamento: 30/11.

Períodos: De 5/12 a 11/12 (6 diárias), de 12/12 a 18/12 (6 diárias), de 19/12 a 25/12 (6 diárias/Natal), de 26/12 a 1º/1/2006 (6 diárias/Revellion).

Férias (Janeiro/2006)

Inscrições: De 20 a 30/11 (sorteio em 1º/12).

Pagamento: 6/12.

Períodos: De 2/1 a 8/1 (6 diárias), de 9/1 a 15/1 (6 diárias), de 16/1 a 22/1 (6 diárias), de 23/1 a 29/1 (6 diárias), de 30/1 a 5/2 (6 diárias).

As diárias iniciam-se e encerram-se ao meio-dia. O café da manhã está incluído. Não há cobranças de taxas de serviços. Para qualquer dos períodos acima, o valor da diária (por pessoa) para a Pousada das Araras segue a tabela abaixo:

- Filiação do Sinteps e dependentes acima de 8 anos: R\$ 25,00
- Crianças dependentes (3 a 8 anos): R\$ 15,00
- Convidados (acima de 8 anos): R\$ 40,50
- Crianças convidadas (3 a 8 anos): R\$ 23,00

A partir de 6 de fevereiro, as diárias sofrerão reajuste. Portanto, as tabelas e datas de inscrição para este período somente serão divulgadas em dezembro.

Conjuntura

Governo Lula: Plágio na corrupção, plágio nas políticas neoliberais

Já não bastava seguir e aprofundar a política neoliberal ditada pelo grande capital internacional, fazer reformas contra os trabalhadores, manter o salário mínimo na miséria, cortar da saúde e da educação... O governo Lula decidiu ir além e se afundou num gigantesco mar de lama, com mensalões boiando por toda parte. A cada momento, surgem novas revelações, dando conta de um festival inimaginável de corrupção e roubo.

Não seria de se espantar se dois ex-presidentes processassem o atual por plágio, daqueles bem escandalosos. Collor o faria porque o atual governo vem copiando suas peripécias corruptílicas em quase todos os detalhes (até na careca do responsável pelo dinheiro). FHC, por sua vez, poderia fazê-lo porque o atual governo copia sua política neoliberal à risca.

Apesar de municiar o repertório nacional de piadas por um bom tempo, a atual crise política é particularmente lamentável. Surpresa, a população assiste a revelação infundável de informações dando conta de um grande esquema de corrupção envolvendo o governo e a cúpula do Partido dos Trabalhadores. Tudo começou com a contra-ofensiva do deputado Roberto Jefferson (PTB), acusado de chefiar um esquema de cobrança de propina nos Correios. Para amenizar o peso da acusação, Jefferson revelou a existência de um esquema de compra de votos de deputados, o mensalão (no valor de R\$ 30.000,00), que seria comandado pela direção do PT, para garantir a vitória do governo nas votações no Congresso Nacional.

O mensalão, segundo o deputado do PTB, seria operado pelo "publicitário" Marcos Valério e pelo ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares. As "fontes" seriam nebulosos empréstimos feitos pelas empresas de Valério em bancos como o Rural, o BMG e o Banco do Brasil. Na



tentativa de minimizar o impacto das revelações, os dirigentes petistas reconhecem a existência de um caixa 2, ou "dinheiro não contabilizado" (como afirmou Delúbio), que seria usado para bancar as dívidas do PT.

A realidade mostra, no entanto, que a corrupção – uma prática comum nos governos da classe dominante, a burguesia – não se restringe ao uso do caixa 2. Além da compra de votos via mensalão, pipocam denúncias de favorecimento de empresas em troca de doações, como é o caso do ex-secretário-geral do partido, que reconheceu haver recebido da empreiteira baiana GDK um carro da marca Land Rover (no valor de R\$ 73,5 mil) de "presente". A empreiteira, "coincidentalmente", venceu várias licita-

continua...

Conjuntura

ções da Petrobrás, entre os anos de 2002 e 2005, que lhe renderam mais de R\$ 900 milhões.

Outra grave revelação foi a de que a Telemar, empresa de telefonia privatizada em 1998, injetou R\$ 5 milhões na empresa Gamecorp, de propriedade de um dos filhos de Lula, Fábio Luís da Silva, e de alguns sócios. Mais recentemente, nova denúncia: um irmão do presidente, Genival Inácio da Silva, teria montado um escritório para "intermediar" interesses de empresários junto ao governo federal.

Em nome da ética

O mais irônico em toda a crise é a postura assumida pela "oposição" ao governo, principalmente o PSDB e o PFL. Como num passe de mágica, seus parlamentares passaram a ser os paladinos da moral e da ética. Porém, contra eles pesa uma série incontável de episódios de corrupção, inclusive no escândalo do mensalão.

Na realidade, os partidos burgueses (como o PSDB e o PFL) procuram utilizar a crise a seu favor, tentando se diferenciar dos acusados do PT.

Eles brigam entre si para ver quem vai dirigir o país a partir de 2006, para continuar aplicando, à risca, as receitas neoliberais ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros organismos dos países imperialistas.

As saídas para a crise

Na CPI que se desenrola no Congresso, há uma clara tentativa de solucionar a crise através de um acordo entre "situação" (governo) e "oposição"

(PFL, PSDB e cia). A intenção é descarregar as denúncias em cima de algumas figuras do PT (como o ex-ministro José Dirceu e alguns outros deputados), preservando o governo de conjunto e os partidos da "oposição".

Para os trabalhadores, que elegeram Lula com a esperança de terem um governo comprometido com os interesses da maioria da população, esta saída não interessa. Além de exigir uma real investigação das denúncias de corrupção – afinal, trata-se de dinheiro público sendo usado para beneficiar pequenas panelinhas – é necessário discutir o caráter do atual governo. Lula tem conduzido um governo que dá continuidade às políticas neoliberais de FHC e, em muitos casos, vai além. É o caso do superávit primário (tudo o que o governo "economiza" para enviar aos bancos internacionais), que tem batido recordes sob a gestão do ministro Antônio Palloci, da Fazenda, o querido dos banqueiros nacionais e estrangeiros. É o caso das reformas, que nem chegaram a sair do papel no governo FHC. É o caso dos altíssimos juros, que beneficiam os grandes investidores, mas geram recessão na economia e mais desempregos... e muitos outros.

Para os trabalhadores, interessa não apenas acabar com a corrupção, mas defender um programa de reivindicações que tenha como base as suas principais necessidades:

- Mais verbas para a educação e a saúde públicas;
- Reposição das perdas para os servidores públicos;
- Salário mínimo real;
- Ruptura com as políti-

cas do FMI (não pagamento das dívidas interna e externa);

- Fim das privatizações e revogação das já realizadas;
- Reforma agrária sob controle dos trabalhadores;
- Anulação dos leilões de reservas petrolíferas. Em defesa do monopólio estatal do petróleo;
- Contra a privatização da água;
- Saúde e educação pública, de qualidade, para todos;
- Nenhum subsídio aos capitalistas;
- Revogação da Reforma Previdenciária;
- Não às Reformas Sindical e Trabalhista;
- Plano nacional de obras públicas (construção de moradias, escolas, hospitais etc).

Mais realista que o rei

O governo Lula, a exemplo de seu antecessor, tem sido um fiel executor de medidas que prejudicam diretamente os trabalhadores. Assim tem sido com o altíssimo superávit primário (tudo o que o país "economiza" para destinar aos banqueiros), que já bate na casa dos R\$ 13 bilhões mensais, valor superior ao que o governo gasta com as universidades federais em um ano inteiro.



O caminho da reação: Servidores e docentes das universidades federais, em greve há mais de 50 dias (no fechamento desta edição, em 21/10/2005), lutam contra o arrocho salarial e em defesa da educação pública

Sinteps Jornal

Órgão Informativo do Sinteps - Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo e do Ceeteps.

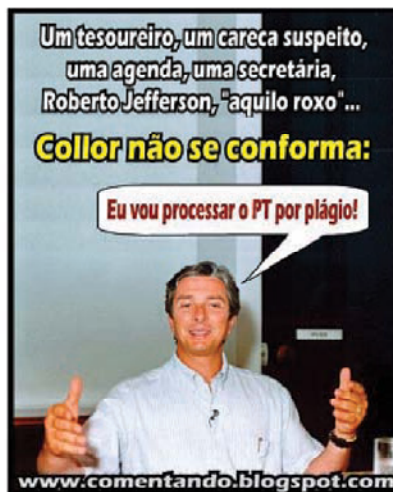
Praça Coronel Fernando Prestes, 74. Bom Retiro - Cep 01124-060. São Paulo - SP.

Fones: (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385.

E-mail: sinteps@uol.com.br Site: <http://www.sinteps.org.br>

Jornalista Resp.: Bahiji Haje (bah@traveinet.com.br)

Tiragem: 3.000 exemplares.



Piada nacional: A sátira com a situação política inundou a Internet